

ADVOCACY JUNTO ÀS ESCOLAS DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ EM FLORIANÓPOLIS: DESENVOLVENDO OS ODS POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM CI

Edson Luiz Mendes¹

Bárbara Balbis Garcia²

Marcelo Minghelli³

Resumo: A Ciência da Informação pode contribuir com o debate sobre a sustentabilidade a partir da educação básica, atuando por meio da extensão universitária com a juventude em comunidades externas à universidade, impactando na redução da desigualdade social. O presente artigo propõe uma rede de influenciadores digitais formada por estudantes do Ensino Médio, atuante em suas próprias comunidades escolares, com o intuito de conhecer, discutir e explorar as 169 metas existentes nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, por meio da criação de conteúdos voltados ao Bem Comum, a partir da realidade de seus territórios. O protagonismo juvenil pode impactar significativamente o meio ambiente ao iniciar pelo seu cotidiano.

Palavras-chave: Advocacy; Sustentabilidade; Juventude; Ciência da Informação; Extensão Universitária.

Abstract: Information Science can contribute to the debate on sustainability from basic education, acting through university extension with youth in communities outside the university, thus impacting the reduction of social inequality. This article proposes a network of digital influencers formed by high school students, working in their own school communities, with the aim of knowing, discussing and exploring the 169 existing goals in the 17 Sustainable Development Goals, through the creation of content aimed at the Common Good, based on the reality of their territories. Youth protagonism can significantly impact the environment when starting with their daily lives.

Keywords: Advocacy; Sustainability; Youth; Information Science; University Extension.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: mendesedlu@gmail.com

² Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: babibalbis@gmail.com

³ Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: arcelo.minghelli@ufsc.br

Introdução

Na construção de uma sociedade voltada à sustentabilidade por meio de políticas públicas que impactam o cotidiano social é fundamental e emergente, tendo em vista a situação global, ações práticas voltadas ao meio ambiente e a diminuição da desigualdade social em suas várias esferas. Na Sociedade da Informação, em pleno século XXI, informações sobre desenvolvimento sustentável que levem a ações de sustentabilidade em prol de uma segurança ecossistêmica planetária, ainda são uma necessidade emergente, com fins de colocar a humanidade em equilíbrio com os ambientes naturais e artificiais.

Faltando sete anos para o prazo de fechamento da Agenda 2030, percebe-se no Brasil que as ações existentes ainda são insuficientes, diante da alta demanda, necessitando fortalecer e ampliar a busca pela garantia de políticas públicas que reduzam a desigualdade social e ampliem a atenção para com a sustentabilidade planetária. De acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas do Brasil (ONU Brasil), o ano de 2022 foi de enfrentamento à crise pós pandemia: “o *Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)* chegou a ultrapassar a casa dos 11%” – a taxa de desemprego chegou a “11,2%” – a evasão escolar na educação, foi a “66%” – o desmatamento na Amazônia aumentou “e chegou a 11.568 km², cerca de 3 mil campos de futebol por dia”. (ONU Brasil, 2022, p. 4).

A construção de uma sociedade mais justa, sustentável e democrática demanda uma sociedade civil organizada e “capaz de implementar estratégias efetivas de incidência nas políticas públicas” (MORGADO; GOZETTO, 2019, p. 5), e neste sentido, a Ciência da Informação (CI) pode e deve se envolver a partir de suas competências e ferramentas tecnológicas, na busca e seleção da informação, que fomente a redução da injustiça social, por meio de um processo educacional e escolar, promovendo assim o “desenvolvimento de habilidades de pensar criticamente, ler, ouvir e ver, enfim ensinando a aprender a aprender” (CAMPELLO, 2003, p. 30), e depois socializando e compartilhando com consciência acerca da importância de ações individuais e coletivas para um mundo mais sustentável.

A Ciência da Informação (CI) pode também contribuir com o debate sobre a sustentabilidade a partir da educação básica, atuando por meio da Extensão Universitária, com a juventude, em comunidades externas à Universidade e impactando na dimensão social do território. Trata-se de “reconhecer quando a informação é necessária e, a partir disso, saber localizar, avaliar e utilizar a informação de forma eficaz, crítica e ética” (SANTOS; ZATTAR, 2021, p. 2), em favor da sustentabilidade planetária, na busca pela diminuição da desigualdade social.

A Agenda 2030 é uma oportunidade para o desenvolvimento do conhecimento científico a partir da experiência de Advocacy, ao utilizar essa estratégia como um “conjunto de atividades voltadas para influenciar e promover mudanças em políticas públicas” (MORGADO; GOZETTO, 2019, p.

Revbea, São Paulo, V. 8, Nº 7:329-343, 2023.

6). Trata-se de possibilitar e provocar a sociedade à reflexão prática por meio de discussões, experiências, esclarecimentos e conscientização acerca dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e sua importância na elaboração de ações informacionais que promovam a justiça social.

A linguagem juvenil, nesta Sociedade da Informação, vem alcançando dimensões significativas ao cotidiano social, com diversas possibilidades de comunicação em massa através das redes sociais, por meio de ferramenta como Tik Tok, Instagram, Facebook e outros. Assim, a elaboração de ações de *Advocacy* com autoria juvenil, a partir do seu contexto social, pode provocar transformações significativas na própria realidade e consequentemente estimular diversas outras ações juvenis, que também podem influenciar na criação de políticas públicas voltadas a diminuição da desigualdade social, por meio dos 17 ODS e suas 169 metas, oportunizando um campo abrangente e significativo de atuação. A juventude procura ser protagonista de seu tempo.

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história (FREIRE, 2011, p. 53).

Este estudo tem seu ponto de partida na realidade das comunidades de periferia do Maciço do Cruz, localizado em Florianópolis/SC, por possuir demandas emergentes nos dezessete ODS. Promover reflexões e discussões sobre o tema, a partir do 16º ODS, Paz Justiça e Instituições Eficazes, e dar voz aos sujeitos desse território a partir das suas juventudes, pode sensibilizar e ecoar com maior eficácia, tanto à conscientização sobre a situação que se encontram em relação à sustentabilidade, quanto à necessidade de efetivação de políticas públicas para suas comunidades.

Assim, este artigo se propõe a descrever a proposta de construção de uma rede de estudantes de Ensino Médio, enquanto influenciadores digitais nas suas comunidades escolares, para conhecer, discutir e explorar as 169 metas existentes nos 17 ODS, visando a criação de conteúdos voltados ao Bem Comum, a partir da sustentabilidade planetária com olhar para suas realidades e de seus territórios. O público-alvo são estudantes do Ensino Médio de cinco Escolas com atendimento público, ao Maciço do Morro do Cruz em Florianópolis/SC.

Por meio de metodologia qualitativa com abordagem pautada no círculo epistemológico de Paulo Freire, o objetivo da proposta é integrar as metas da Organização das Nações Unidas (ONU), referente os ODS, às atividades do dia a dia dos jovens, para incentivar o desenvolvimento sustentável e promover a consciência informacional sobre a sustentabilidade, nessa faixa etária.

Assim, este artigo discorre em três momentos: inicia com um diálogo sobre a estratégia de *Advocacy* como uma entre as possibilidades a ampliar a discussão acerca da sustentabilidade, por meio do debate científico, que a extensão universitária, por conseguir adentrar democraticamente no interno das comunidades de periferia, pode influir na diminuição da desigualdade social por meio da Ciência da Informação. Em seguida é apresentado a ação prática de *Advocacy* esclarecendo a estratégia e metodologia de ação prática para sua efetivação, e finaliza refletindo sobre as possibilidades de resultados e na sequência as considerações finais refletindo acerca do poder informacional por meio da extensão universitária enquanto uma ação na comunidade de periferia.

Advocacy e Ciência da Informação

A consciência acerca da sustentabilidade planetária faz-se emergente com o aumento das ameaças que o planeta Terra sofre. A Pandemia evidenciou a sensação de vulnerabilidade coletiva em relação ao futuro, deixando clara a importância de ações locais, regionais e globais em prol de uma sociedade justa e democrática (UNESCO, 2022). De acordo com as nações unidas do Brasil:

O ano foi marcado por desastres que vitimaram e desabrigaram centenas de pessoas, como enchentes e deslizamentos de terra, e pela violência. Casos de violência policial, violência política, feminicídios, racismo e LGBTQIA-fobia ganharam destaque (ONU Brasil, 2022, p. 4).

O Relatório da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação – 2022, (p. iv), afirma que “*são necessárias ações urgentes, realizadas em conjunto,*” para renovar e transformar a sociedade em prol de um futuro mais sustentável, com clareza de suas disparidades e desigualdades sociais. É essencial ampliar a concepção de aprendizagem na educação escolar e incluir a interdisciplinaridade em projetos que envolvam os espaços físicos dos territórios que se encontram com problemáticas referente à sustentabilidade, tendo a juventude como protagonista.

Tanto na leitura dos desafios de sua realidade, quanto nas propostas de resolução, de maneira a contribuir significativamente com a conscientização para a importância da democracia voltada ao Bem Comum, faz-se necessário estratégias pedagógicas na práxis da educação que conscientize para a efetivação de políticas públicas, por meio de ações organizadas, pois, “influenciar políticas públicas não é algo simples, que pode ser atingido de forma casual, sem uma estratégia bem definida e um processo de aprendizado contínuo” (MORGADO; GOZETTO, 2019, p. 5).

Considerando *Advocacy* como ações que influenciam tomadores de decisões em políticas públicas voltadas a sustentabilidade, alterando-a,

Revbea, São Paulo, V. 8, Nº 7:329-343, 2023.

implementando-a ou criando-a, onde o desenvolvimento de atividades que, em um primeiro momento esclarece e conscientiza os participantes, e na sequência leva a atitudes que provoquem a sua comunidade a participarem e ou exigirem políticas públicas em prol de seu território, pode gerar um impacto social transformador. Por isso a clareza nesse estudo, de que: *“a existência de uma estratégia é fundamental para que as ações tenham o maior impacto possível, além de permitir processos estruturados de monitoramento e de avaliação”* (MORGADO; GOZETTO, 2019, p. 5).

A sustentabilidade tem conexão com o mercado financeiro, *“se articula ao fenômeno da pobreza, da fome e das recessões econômicas, atravessadas pela atenção ao desenvolvimento sustentável”*, (BIZARRIA *et al.*, 2023, p. 173), sendo assim, a consciência sustentável é primordial para as ações voltadas a manutenção do planeta. É necessário respeita e cumprir o acordo realizado pela ONU em 2015, a partir da agenda 2030, com os 17 ODS e suas 169 metas *“buscando um caminho para prosperidade compartilhada, sociedades inclusivas e meio ambiente protegido”*. (GERALDO; PINTO, 2021, p.16). As três dimensões escolhidas, ambiental, social e econômica, alicerçam os cinco eixos fundamentais, denominados de 5Ps: Parceiras, Prosperidade, Pessoas, Paz, Planeta. A sustentabilidade desenvolvida de modo amplo em prol do planeta com todos os seus seres vivos, consolida a existência da humanidade, por meio do conhecimento e da informação. E a Ciência da Informação (CI) pode contribuir com o manuseio estratégico da informação.

Entende-se que o Desenvolvimento Sustentável e suas dimensões podem ser alcançados pela concretização da implementação da Sustentabilidade Informacional na CI, em uma busca de suprir as necessidades informacionais humanas, por meio da conscientização da importância da preservação dos recursos naturais, dos direitos humanos, das igualdades sociais e econômicas, tendo como foco as gerações futuras (GERALDO; PINTO, 2021, p.16).

Fruto da explosão informacional, a CI utiliza-se das tecnologias para gerar, organizar, transmitir, preservar e recuperar informações, com responsabilidade social e ética, garantindo sua presença em todos os lugares da sociedade, inclusive os mais distantes. (GERALDO; PINTO, 2021). Tendo suas origens no meio científico, a CI tem a Extensão Universitária como aliada para chegar nas comunidades de periferias dos centros urbanos, com viés participativo, democrático e transformador ao contribuir e construir em parceria com a comunidade.

A extensão universitária consegue chegar com a ciência nos locais mais distantes e vulneráveis da sociedade, dialogando com a cultura local sem discriminá-la, mas sim construindo conhecimentos de maneira democrática, participativa, emancipadora e respeitadora (MENDES; MINGHELLI, DE MARI, 2023, p. 9).

Por meio da Extensão Universitária o processo educativo perpassa pelos “aspectos sociais, culturais e econômicos do território, na busca da emancipação das pessoas”. (MENDES, 2023, p. 33). Para Mendes (2023), a integração entre conhecimento científico e popular possibilitam novos saberes, com problematizações que podem resultar em significativas transformações ao território e consequentemente à sociedade.

A Extensão Universitária “na comunidade externa por meio da Ciência da Informação perpassa por uma metodologia participativa”, (MENDES, 2023, p. 29), onde a construção, apropriação, compartilhamento e monitoramento da ação informacional, enquanto conhecimentos e saberes apreendidos, decorre pelos sujeitos envolvidos, tanto da comunidade escolar, quanto da universidade. Conhecimento científico e saberes populares se integram interdisciplinarmente na construção do Advocacy com estudantes de ensino médio e universitário, onde a relação de coletividade para a resolução das problemáticas do território, possibilita experiências de trocas culturais inimagináveis: essa é uma das hipóteses consideradas na vivência com esse estudo.

Sustentabilidade Planetária por meio do ODS 16

Sucedendo os objetivos de desenvolvimento do milênio: transformar o nosso mundo, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, criada em 2015 pelas Nações Unidas, abrange as dimensões econômica, ambiental e social, com olhar inclusivo e integrado de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por meio das suas 169 metas. O foco está na busca pela erradicação da pobreza, no olhar para as alterações climáticas, e na atenção com o desenvolvimento das populações. (IFLA, 2015).

A Agenda 2030 da ONU é um compromisso político, o que significa que todos, incluindo bibliotecas e sociedade civil, terão um papel a desempenhar para garantir que os governos sejam responsáveis pela implementação dos ODS (IFLA, 2015, p. 3).

A Agenda 2030 concebe uma série de questões que são fundamentais a humanidade: *uma declaração internacional; *17 ODS com 169 metas; *meios de implementação; *seguimento e revisão. Em todas as questões levantadas há um olhar direcionado para: *a visão de mundo; *a erradicação da pobreza, até 2030, desde a educação com qualidade até a construção de cidades sustentáveis, acompanhadas de justiça e paz; *os custos e credores; e * os indicadores globais. Para essas considerações é necessário o acesso à informação. (IFLA, 2015). A Declaração de Lyon sobre o Acesso à Informação e Desenvolvimento, de 2014, pelas Nações Unidas, em preparação para a Agenda 2030, afirma a importância e crença na eficiência do acesso à informação e ao conhecimento, para ampliar o alcance da qualidade de vida à humanidade.

Revbea, São Paulo, V. 8, Nº 7:329-343, 2023.

Aumentar o acesso à informação e ao conhecimento em toda a sociedade apoiado pela disponibilidade de tecnologias de informação e comunicação (TIC), apoia o desenvolvimento sustentável e melhora a vida das pessoas (IFLA, 2015, p. 4).

Os ODS por meio de Advocacy é uma forma de promover a informação e ampliar os conhecimentos. Suas ações contemplam a compreensão da Agenda 2030 e sua implementação; organização coletiva e estratégias de ação; monitoramento virtual e simultâneo das ações; transparência e informação acerca do desenvolvimento sustentável. A IFLA afirma que “o acesso à informação foi reconhecido nos ODS como um alvo sob o Objetivo 16”, (IFLA, 2015, p. 2), Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis (ODS BRASIL, 2022).

A meta 16.10 - assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais, reconhece a importância e necessidade em possibilitar o acesso à informação com qualidade, ética e reflexão sobre a realidade que cada sujeito se encontra e sua relação com o mundo. (ODS BRASIL, 2022).

A Ciência da informação (CI) tem em sua essência a transdisciplinaridade diante de sua possibilidade de conectar diversos conhecimentos e provocar diversas reflexões, assim, ao ser desenvolvida no território de periferia, onde a complexidade de relações, problemáticas e desleixo social é gigantesco, seu impacto pode ser transformador, em prol da erradicação da pobreza.

O acesso à informação a partir de uma área que é fundamental para essa Sociedade da Informação, que se encontra em ascensão, é essencial para as camadas sociais privadas de direitos fundamentais como o acesso à verdadeira informação (MENDES; MINGHELLI, DE MARI, 2023, p. 12).

A CI e seus aparatos tecnológicos possibilitam avanços significativos na sociedade, e por meio da Extensão Universitária tem em seu alcance o diálogo com a comunidade de periferia, “*potencializando pessoas para a participação cidadã enquanto sujeito de direitos e deveres*” (MENDES, MINGHELLI; DE MARI, 2023, p. 12). A Resolução nº7 de 18 de dezembro de 2018, regulariza e direciona ações de extensão universitárias na educação, em seus planejamentos, políticas, gestão e avaliação, confirmando no Art 7º a presença institucional da universidade em comunidades externas ao espaço físico da universidade.

Assim, a ação de *Advocacy* por meio da extensão em escolas de ensino médio é uma contribuição à Agenda 2030, para a conscientização e efetivação de uma sociedade com olhar atento ao desenvolvimento sustentável; e ao mesmo tempo é uma possibilidade de transformação da cultura local, na atuação referente a efetivação de políticas públicas que diminuam a desigualdade social, presente no território dos estudantes participantes dessa proposta.

Procedimentos Metodológicos

Na busca do caminho mais adequado para esse estudo que tem como base outras experiências já realizadas, sendo que a metodologia utilizada é a qualitativa com abordagem exploratória, tendo como base o círculo epistemológico de Paulo Freire; é considerado a concepção científica da epistemografia interativa de García Gutiérrez (2006), onde o conhecimento parte da realidade excluída socialmente.

Trata-se de pesquisa qualitativa pela relação dinâmica entre a realidade e o sujeito, em um vínculo entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito; com fins exploratório por haver pouco conhecimento sistematizado, referente a relação CI, extensão universitária e ODS, na educação básica; e suas hipóteses surgem durante todo o processo de desenvolvimento da ação. (MORESI, 2003). Com base no círculo epistemológico diante da práxis democrática e interdisciplinar que considera significativos os saberes de todos os participantes, enquanto uma prática libertadora. (COELHO; DE MARI, 2013). Considera a concepção epistemográfica interativa por sua visão de valor e ética que considera o conhecimento excluído significativo para compartilhar nas redes sociais, para além dos conhecimentos dominantes já legitimados tradicionalmente e assim fortalecer os saberes que estão sendo desconsiderados socialmente.

A epistemografia interativa pode ser entendida como uma nova corrente transdisciplinar que abriga os conhecimentos excluídos, representando-os numa multiplicidade de culturas e discursos como em uma organização horizontal. Também pode definir-se como um fluxo transdisciplinar, pois, traz uma nova prática representativa de mútuas interações entre os conceitos, onde os mesmos estão sempre em movimento, possibilitando a construção de um novo paradigma unificador (SOARES, MARTINS, FRANCELIN, 2013. P. 63).

Com base nesses pressupostos as ações desenvolvidas acontecem nas próprias Escolas, com estudantes do Ensino Médio e universitários participantes na disciplina de extensão. Utiliza-se os Laboratórios de informática das Escolas com computadores e Internet. Além da estrutura

Revbea, São Paulo, V. 8, Nº 7:329-343, 2023.

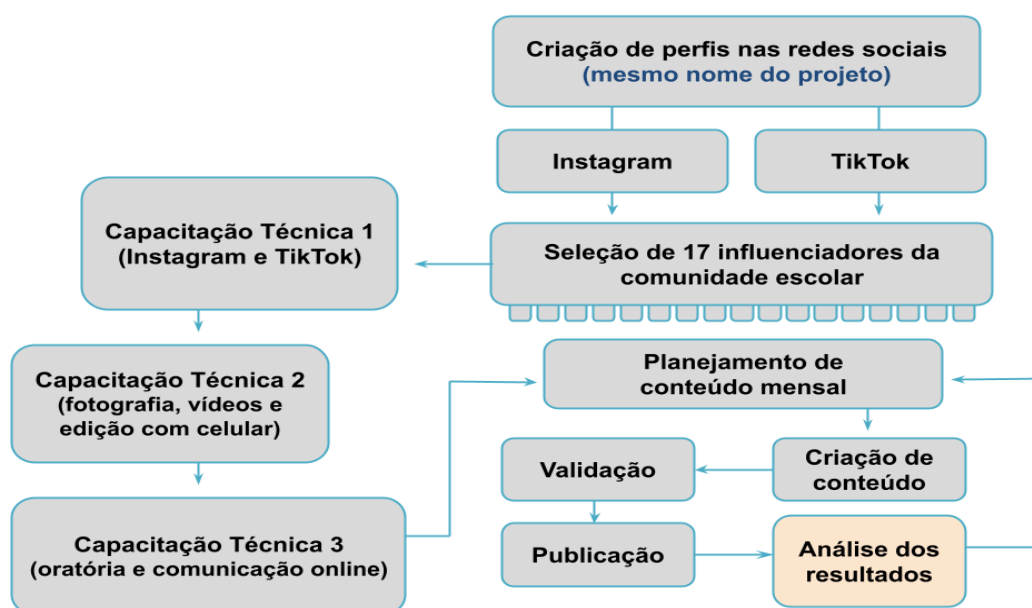
existente em cada Escola, também se busca parcerias com instituições públicas e privadas, bem como pessoas físicas, para a aquisição de smartphones, tablets e planos de Internet.

Como forma de difusão das propostas construídas pelos jovens, cria-se perfis nas redes sociais, considerando as de maior difusão entre os jovens: TikTok, Instagram e Twitter, sendo o Twitter apenas um replicador dos conteúdos principais, criados nas outras duas redes.

Para desenvolver cada um dos ODS, 17 influenciadores (as), convida-se estudantes do ensino médio residentes no Maciço do Morro do Cruz em Florianópolis/SC, com base em critérios a serem definidos por uma equipe de estudantes e docentes de ambas as instituições participantes, tais como: idade, influência, comunicação, liderança, habilidades e uso de mídias digitais, etc.

O Quadro 1 apresenta o fluxo organizacional na execução da ação informacional Advocacy, com a perspectiva de influenciar em políticas públicas para os territórios envolvidos.

Quadro 1: Fluxo da Ação Informacional



Fonte: próprio autor (2023).

A capacitação dos (as) jovens e docentes das escolas, se dá por meio de parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Programa de Extensão Cibercidadania, do Departamento de Ciência da Informação (CIN/UFSC) e também parcerias junto à iniciativa privada, para a formação técnica, no manuseio e uso dos recursos digitais das redes Instagram e TikTok; nas técnicas para cliques e edição de fotos e vídeos; e também em

oratória e comunicação online. A formação política e conceitual acerca da sustentabilidade e Agenda 2030 com os ODS, se dá por meio da parceria com o Grupo de Pesquisa Sustentabilidade Informacional, do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, PGCIN/UFSC.

Como forma de planejamento prévio, acompanhamento das temáticas, produção de roteiros e teste de gravação, bem como o registro das atividades utiliza-se a Planilha Virtual de Atividades ODS, apresentada no Quadro 2.

Quadro 2: Planilha Virtual de Atividades ODS

Mês	Data do post	Hora	Tema	Rede Social	ODS	Meta	Responsável
xxxxx	xxxxxxx	xxxxxx	Descrever a ideia em geral	Instagram	Número	Número	Nome do Influencer
			e adicionar um comentário	TikTok		da meta ODS	
			para complementar a ideia				

Fonte: próprio autor (2023).

O Quadro 2 é um exemplo de proposta organizativa do acompanhamento e monitoramento das atividades, via planilha online gratuita, por meio do Google Drive. O acompanhamento realizado por todos os participantes da ação, democratiza a gestão e viabiliza a praticidade nas tomadas de decisões, compartilhadas enquanto eficácia no alcance dos objetivos almejados. Cabe ressaltar que somente a vivência da troca de experiência na totalidade da ação proposta, por si só é de grande aprendizagem aos envolvidos, promovendo esclarecimentos e conscientização acerca da sustentabilidade.

Resultados Preliminares

A ação informacional por meio do *Advocacy* possibilita a referência na vida cotidiana, contextualizando cada ODS com seu território vivido, provocando um ir e vir de saberes atuais e novos, efetivando assim a mediação e apropriação do conhecimento. Diante de seu contexto social os sujeitos participantes podem ser seus próprios parâmetros na construção do conhecimento, ao perceberem a partir dos registros realizados o distanciamento entre o antes e o depois, durante o processo de efetivação da ação informacional. A realização de prática informacional de *Advocacy* é de grande importância a sociedade civil e preparação para a cidadania, diante da possibilidade de protagonismo juvenil, ao serem coletivamente ativos no processo de construção e compartilhamento dos saberes reconhecidos.

A vivência da troca de experiência na totalidade da ação proposta, por si só, já é de grande aprendizagem, esclarecimentos e conscientização acerca da sustentabilidade. Com o reconhecimento coletivo das problemáticas da comunidade, ampliando a percepção acerca das disputas políticas e da desigualdade social, que essa pode negligenciar ou minimizar, como o racismo estrutural, a disparidade salarial entre homens e mulheres, a própria violência contra a mulher, a diferença de classe, entre outros, resultará no fortalecimento da luta em favor da justiça social.

Seja por meio de programas, leis, decretos, resoluções ou alocações orçamentárias, toda ação que leva à atitudes que impactem diretamente a redução das mazelas sociais, qualificando a vida das pessoas, é considerada uma política pública. O Guia Para a Construção de Estratégias *Advocacy*, afirma que as “políticas públicas consistem tanto em diretrizes estruturantes (de nível estratégico), quanto aquelas de nível intermediário e operacional” (MORGADO; GOZETTO, 2019, p. 12).

Assim, o enfrentamento a problemas públicos, referente ao cotidiano da comunidade, relacionados aos ODS, em dimensões como: qualidade na educação; redução das desigualdades; igualdade de gênero; saúde e bem-estar, fome zero e agricultura sustentável; erradicação da pobreza; além dos outros objetivos, provoca à conscientização sobre a sustentabilidade. Consequentemente, a juventude desse território, que é estudante de ensino médio, por meio da ação informacional de *Advocacy*, se manifestará com sua linguagem e visão, de quem sente “na pele” a problemática, porém, mais que identificar e compartilhar, está realizando uma denúncia. Denúncia em tom de superação da situação, pois tem viés de resolução / política pública.

Se a problemática da comunidade é a insegurança estrutural das moradias diante da chuva, ocupação desordenada, trabalho e ou exploração infantil, desemprego, fome, transporte coletivo, violência contra mulher, lixo pelas ruas, falta de água e ou de energia ou ausência de professores nas escolas, entre outros, após serem denunciadas, compartilhadas, transformam-se em fomentadoras de opinião pública, a partir de uma rede organizada e assim, trata-se de uma ação de *Advocacy* considerada política pública, mesmo não sendo viabilizada pelo poder público local, pois:

[...] um plano de recuperação de áreas degradadas em larga escala é uma política pública, independentemente de ser elaborado por uma Prefeitura, uma associação de produtores rurais ou uma ONG. Ainda nessa direção, políticas corporativas que tenham impacto além do ambiente empresarial e alcancem a sociedade como um todo podem ser consideradas políticas públicas (MORGADO; GOZETTO, 2019, p. 12).

Ações de *Advocacy* podem ser utilizadas sob diversas formas de atuação, por isso outra consideração importante nesse estudo, é a organização da juventude estudantil do ensino médio, denunciando por meio de um projeto escolar em parceria com outra instituição, que é a universidade pública por meio da extensão universitária. Estudantes do Ensino Médio e da graduação universitária, mais os docentes das duas instituições, trocam saberes e conhecimentos, dialogam e discutem sobre suas realidades levantando as problemáticas do território a partir dos ODS e seu emaranhado de informações científicas e populares; ampliam seus olhares, concepções e compreensões sobre a sociedade para denunciar e influenciar na escolha de políticas públicas para o território.

Deste modo, a informação e o conhecimento das pessoas são vistos como eixos estruturantes da sustentabilidade para a sociedade e para as organizações, como suporte ao desenvolvimento e à inovação e na diminuição de desigualdades sociais (GERALDO; PINTO, 2021, p.19).

De acordo com o VI Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil, de 2022, o 16º ODS, Paz, Justiça e Instituições Eficazes, com a intenção de promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, está com “dez das suas 12 metas em retrocesso, uma estagnada e outra ameaçada, e para a qual não há dados oficiais atualizados em 18 dos seus 22 indicadores”, (2022, p. 86), evidenciando ainda mais a importância e necessidade da participação social a partir do seu cotidiano. Nesse estudo a juventude da comunidade de periferia.

Considerações Finais

A informação tem poder avassalador nessa sociedade contemporânea, influencia e é influenciada pelo espaço que se encontra e pode ser utilizada para oprimir ou para emancipar pessoas. De acordo com Braman (2009), informação é Poder, pois ela flui, molda e se molda, adapta-se aos seus ambientes e influencia outros, assim, seu fluxo constrói realidades por ser um elemento constitutivo na sociedade. Para Pedro Demo, (2000), cada vez mais é evidenciado que as informações divulgadas incansavelmente pelos meios de comunicação, acompanhadas e fortalecidas pela organização social através da educação, política, território, economia, entre outros, servem para desinformar e manipular os cidadãos direcionando-os para o acomodamento e a submissão social.

O poder informacional deve ser utilizado para contribuir com os avanços sociais a partir da ciência, na perspectiva da sustentabilidade

Revbea, São Paulo, V. 8, Nº 7:329-343, 2023.

planetária de maneira justa e igualitária. A desinformação propositalmente planejada é um grande problema no combate à desigualdade social; faz parte da exclusão do mundo informacional e envolve diferentes agendas políticas, econômicas e sociais. E a extensão universitária por meio de ações informacionais de *Advocacy* pode ser um contraponto a desigualdade social, contribuindo para o esclarecimento, empoderamento e emancipação cultural das comunidades em situação de vulnerabilidade social.

[...] promover o conhecimento e o acesso à informação sobre a sustentabilidade alinhados a objetivos globais, facilita a conscientização e participação em questões socioambientais, alimentando a capacidade de pensar criticamente e permitindo a aquisição de habilidades informacionais necessárias para, proativamente, procurar soluções possíveis para a sociedade (GERALDO; PINTO, 2021, p.19).

A Ciência da Informação e a Extensão Universitária tem o dever de ir ao encontro das comunidades de periferia e construir conhecimentos científicos a partir dos já existentes, em prol da diminuição da desigualdade social, pela sustentabilidade planetária, por meio desta e diversas outras ações que podem surgir e ou serem construídas coletivamente.

Referências

BIZARRIA, F. P. A.; OLIVEIRA, B. G.; BARBOSA, F. L. S.; OLIVEIRA, M. S. Da Educação Ambiental crítica à Educação Ambiental decolonial: revisando concepções em narrativas à luz da racionalidade ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 18, n. 3, p. 172–195, 2023.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Ministério da Educação, Brasília, 2018. 4 p. Disponível em: <<https://bit.ly/3RHVKog>>. Acesso em: 29 abr. 2022.

BRAMAN, S. **Change of state**: information, policy, and power. Cambridge: The MIT Press, 2009.

CAMPELLO, B. D. S. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Revista Ciência da Informação**, v. 32, n. 3, 2003.

COELHO, E. P.; DE MARI, C. L. Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos: uma abordagem interdisciplinar. **Revista Educação Online PUC-Rio**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 39-53, ago./dez. 2013.

DEMO, P. Ambivalências da sociedade da informação. **Revista Ciência da Informação**. Brasília, v. 29, n. 2, p. 37-42, 2000.

Revbea, São Paulo, V. 8, Nº 7: 329-343, 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 144 p.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **Transinformação**, v.18, n.2, p.1–10, 2006.

GERALDO, G.; PINTO, M.D.S. Aspectos epistemológicos da ciência da informação e a construção conceitual da sustentabilidade informacional. In: BARBALHO, C.R.S. *et al.* (org.). **Sustentabilidade Informacional em Ecossistemas de Conhecimentos**. Manaus: Edua, 2021. Cap. 1. p. 12-23. Disponível em: <<http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/5856>>. Acesso em: 13 fev 2023.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. **VI Relatório luz da sociedade civil da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável Brasil**. p. 104 2022. Disponível em: <<https://qtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2022/>> Acesso em 13 jun 2023.

IFLA Federação Internacional de Associações e Instituições de Bibliotecas. **Conjunto de ferramentas**: As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU. Programa de Ação da IFLA para o Desenvolvimento através das Bibliotecas. 2015.

MENDES, E.L. A extensão universitária na Ciência da Informação: análise do programa Cibercidadania. 2023. 104 p. **Dissertação** (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2023. Disponível em: <<https://bu.ufsc.br/teses/PCIN0315-D.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2023.

MENDES, E.L.; MINGHELLI, M.; DE MARI, C.L. A extensão universitária na Ciência da Informação: uma abordagem crítico participativa. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 21, n. 00, p. e023004, 2023.

MORESI, E. (Org.). **Metodologia da Pesquisa**. Pró- Reitoria de Pós Graduação, PRPG. Programa de pós-graduação stricto sensu em gestão. 2003. Disponível em: <<http://www.inf.ufes.br/~pdcosta/ensino/2010-2-metodologia-depesquisa/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>>. Acesso em 13 jun 2023.

MORGADO, R.P., GOZETTO, A.C.O. **Guia para a Construção de Estratégias de Advocacy**: como influenciar políticas públicas. - Piracicaba, SP: Imaflora. 68 p. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório Anual 2022**. UNESCO. Brasília, 2022. <<https://brasil.un.org/pt-br/225756-relat%C3%B3rio-anual-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas-no-brasil-2022>>. Acesso em 05 Jun 2023.

Revbea, São Paulo, V. 8, Nº 7:329-343, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação. Brasília: **Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação**. Boadilla del Monte: Fundación SM. 2022. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381115>>. Acesso em: 28 junho 2022.

SANTOS, A.I.R.D.; ZATTAR, M. Biblioteca escolar e competência em informação: experiência na pandemia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 17, p. 1-16, 2021.

SOARES, M.S.B.; MARTIN, M.T.; FRANCELIN; M. Pluralismo lógico e epistemografia interativa como ferramentas desclassificadoras do conhecimento. **Rev. Digit. Bibliotecon. e Cienc. Inf.**, Campinas, v.11, n. 1, 2013.